



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

Assumpção Galian, Cláudia Valentina; Sasseron, Lúcia Helena
Valores, intenções e condições para a educação e o ensino
Educação e Pesquisa, vol. 42, núm. 2, abril-junio, 2016, pp. 303-309
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29845842001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re²alyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Valores, intenções e condições para a educação e o ensino

Manifestações e protestos de diferentes naturezas vêm se desenvolvendo no Brasil nos últimos tempos e diversas são as tentativas de explicá-los. Via de regra, apontam para a identificação de um sentimento geral de insatisfação da população, direcionada para as esferas governamentais, os partidos políticos e a atuação dos seus representantes eleitos. Dentre as muitas pautas que dividem sua atenção, este número de *Educação e Pesquisa* focaliza uma cuja importância parece incontestável para todos os segmentos da sociedade: a educação.

O acesso à escola e às situações de ensino mostra-se diverso no Brasil – seja em perspectiva histórica, seja na consideração de aspectos regionais –, segundo as condições sociais e econômicas de diferentes estratos da sociedade (LIBÂNEO, 2012). Do mesmo modo, a função atribuída socialmente à escola vem sofrendo mudanças, expressas, por exemplo, nos documentos orientadores de seu trabalho, produzidos em diferentes contextos.

Como todo processo de mudança, as propostas de alterações na escola são acompanhadas de sentimentos contraditórios, mesclando incredulidade e esperança, receios e anseios. Isso talvez justifique e decorra de um discurso frequentemente expresso em diferentes âmbitos, que enfatiza a existência de uma crise da escola e a perda de sua legitimidade. Mesmo diante desse discurso, parte importante da formação dos indivíduos se dá em seu interior e diferentes expectativas sociais continuam sendo depositadas não apenas nessa instituição, mas nas diversas situações de ensino que ali ocorrem ou que se dão em outros espaços, apoiadas em objetivos educativos.

Poderíamos discorrer sobre inúmeras reivindicações ligadas à educação e ao desejo de que ela possa constantemente estar vinculada a processos de melhoria das condições individuais e sociais de inserção dos sujeitos. O intuito aqui, entretanto, é centrar a atenção numa demanda dos profissionais do ensino que é costumeiramente ignorada, especialmente pelos gestores e governantes: a garantia de condições adequadas para o desenvolvimento de seu trabalho.

Mas a que isso se refere, afinal?

Marca-se aqui uma posição: sim, é preciso garantir condições essenciais e suficientes para que se desenvolva o trabalho de educação. Não se faz esse trabalho com qualidade em quaisquer condições, na falta de infraestrutura e recursos humanos adequados.

Certamente a atividade do ensino assume características diferentes a depender dos níveis de atuação nos quais é desenvolvida. As condições adequadas de trabalho não serão as mesmas para todos os profissionais da educação, seja esta a educação formal, em todos os seus níveis, ou a educação não formal, com todas as suas nuances

e intenções formativas. No mesmo sentido, não se pode ignorar as condições muito diversas nas quais se encontram as diferentes instituições educacionais no Brasil. Assim, exigir condições adequadas para o ensino, em muitos casos, começa com a luta pela garantia de um mínimo de estrutura físico-material, que envolve abastecimento de água e energia, instalações adequadas para receber as pessoas – desde banheiros até salas de aula em número, tamanho, condições de iluminação e ventilação e mobiliário. Vale lembrar que essas carências não se restringem aos locais mais distantes dos grandes centros urbanos – ainda que, sem dúvida, sejam mais comuns em determinadas regiões. A disparidade das condições às quais as escolas, centros de formação e seus agentes são submetidos se expressa por todo o país (REGO; BRUNO, 2010).

Um grave problema apontado pelos profissionais das escolas está vinculado ao número de alunos por turma, que, respeitadas as especificidades dos diferentes níveis de ensino, tende a permanecer acima do que se considera adequado para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade. Turmas muito numerosas reduzem a possibilidade de um professor conhecer melhor seus alunos e de acompanhar, de forma mais próxima, o desenvolvimento dos processos de aprendizagem (SOUZA, 2011). Não há como lidar minimamente com a diversidade que caracteriza as turmas se não existe a possibilidade de flexibilização de tempos, espaços e saberes (CORTESÃO; STOER, 2003); não se pode identificar com clareza possibilidades e dificuldades, e nem empreender os movimentos necessários para essa flexibilização, com turmas excessivamente numerosas. E esse problema não se resolve com a presença de um auxiliar de classe ou algo semelhante a isso; trata-se de garantir condições para o desenvolvimento de interações qualitativamente melhores entre o professor e sua turma.

A qualidade dessas interações passa também pelas definições curriculares às quais os professores estão ligados no desenvolvimento do seu trabalho de ensino. Propostas curriculares excessivamente detalhadas, que tendem a definir detidamente tudo o que o professor deve fazer em cada instante de sua aula, não favorecem o desenvolvimento de estratégias próprias para cada situação de ensino. Pode-se optar por grandes definições em torno das temáticas a serem tratadas no processo de escolarização, mas o que se desenvolve na escola é fruto da interação professor-alunos-conhecimentos, que se delinea numa instituição que tem suas tradições, acumula experiências que não podem ser desprezadas e lida com os desafios da educação segundo o que para ela configura prioridade (GIMENO SACRISTÁN, 2000). Diante das muitas tentativas de controlar esse processo, deve-se atentar para o fato de que o espaço de autonomia da escola e do professor não pode configurar apenas declarações de intenções nos documentos oficiais.

A educação não formal também padece de problemas relacionados ao público: como garantir acesso a uma vasta parcela da população quando a ampla maioria dos museus e centros de educação não formal encontra-se em grandes centros urbanos? O que se torna mais essencial como objetivo educacional de um espaço de exposições: as interações ou a possibilidade de fruição? (MARANDINO, 2015; GOHN, 2006)?

Questões como essas colocam em destaque o desafio da infraestrutura e de profissionais capacitados para a organização e realização de exposições e de interações. E, assim como nas escolas, as condições de trabalho podem representar um obstáculo para a expansão e o aprimoramento das atividades que ocorrem em museus e centros de educação não formal.

Neste número, daremos ênfase a essa temática, ou seja, ao debate sobre os valores, as intenções e as condições para que a educação e o processo de ensino se realizem, trazendo textos que nos ajudam a pensar sobre diferentes contextos e perspectivas em que o ensino interfere, impacta ou mesmo define situações de aprendizagem, bem como a forma pela qual as situações de aprendizagem interferem, impactam e definem contornos para o ensino.

Essas variadas questões são trazidas pelos quatorze artigos e pela entrevista, apresentados por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e internacionais. Em âmbito nacional, encontramos produções de três diferentes regiões geográficas, representadas por instituições de seis estados; em âmbito internacional, este número traz textos advindos de pesquisadores de Cuba, Argentina e Espanha.

Os dois primeiros artigos destacam a intenção de ser professor e as dificuldades encontradas por esses sujeitos e seus alunos nas escolas atuais.

Abrimos a revista com o texto de Denise Freitas Brandão e Maria Benedita Lima Pardo, “O interesse de estudantes de pedagogia pela docência”. A pesquisa foi realizada com alunos de diferentes anos da licenciatura em pedagogia da Universidade Federal de Sergipe e buscou analisar o seu interesse pela docência. Como resultados, as autoras revelam que, apesar de os alunos reconhecerem a importância do professor para a sociedade, a desvalorização social da carreira figura entre as justificativas para a insatisfação com o curso. Apesar disso, um grande percentual dos alunos demonstra interesse por ingressar na docência, mas não se vê envolvido com a atividade por longo prazo. As autoras finalizam com a proposição de que a melhoria nas condições de trabalho do professor constitui um dos aspectos para se reverter tal panorama.

Em seguida, no artigo intitulado “Escola, ensino médio e juventude: a massificação de um sistema e a busca de sentido”, Elisete Medianeira Tomazetti e Vitor Schlickmann avaliam o que chamam de “crise do ensino médio”, trazendo à tona elementos como a perda de autoridade do professor e das próprias instituições e a falta de reconhecimento, pelos jovens, do papel social da escola. Os autores apontam ainda que a crise pode ser a motivação para reconfigurações do ensino, potencializando o desenvolvimento de professores e alunos.

Uma sequência de três outros textos traz-nos a possibilidade de refletir sobre as relações entre ensino e avaliação, de uma perspectiva geral para uma mais local.

Os autores Sônia Ferreira Lopes Toffoli, Dalton Francisco de Andrade, Antonio Cezar Bornia e Gladys Quevedo-Camargo, no artigo “Avaliação com itens abertos: validade,

confiabilidade, comparabilidade e justiça”, realizam um trabalho mais teórico, descrevendo os princípios que fundamentam a elaboração de testes/exames, de modo a embasar a leitura de dados provenientes de avaliações em larga escala. A justificativa para tal estudo encontra-se no fato de que tais avaliações influenciam tanto as políticas públicas de educação quanto os trabalhos desenvolvidos em sala de aula e as escolhas que os sustentam.

Já no texto “Rendimiento académico e interacción sociocognitiva de estudiantes en un entorno virtual”, Ana Borgobello e Néstor Daniel Roselli realizam análise do rendimento acadêmico de estudantes universitários argentinos em ambiente virtual, considerando aspectos da interação sociocognitiva; vale destacar que o curso em análise não era composto apenas de interações virtuais. Os autores encontraram diferenças entre o hábito de uso e o gosto em utilizar a plataforma virtual, bem como entre aspectos vinculados ao conteúdo das mensagens, não apenas com relação às características cognitivas.

Referindo-se ao contexto da Espanha, Antonia Ramírez García, Jacqueline Sánchez-Carrero e Paloma Contreras-Pulido trabalham com a ideia de alfabetização midiática, no artigo “La competencia mediática en educación primaria en el contexto español”. A pesquisa a que se refere o artigo foi realizada com 581 alunos entre 9 e 10 anos de idade, a fim de avaliar níveis de competência midiática. O envolvimento desses alunos com atividades em computadores foi analisado sob a perspectiva das habilidades e conhecimentos expressos na relação com meios de comunicação, levando em conta seis dimensões: linguagem, tecnologia, produção e programação, recepção e audiência, ideologia e valores, e estética. Diante dos resultados, os autores afirmam haver necessidade de uma maior atenção à alfabetização midiática.

Dando sequência a este número da *Educação e Pesquisa*, com o foco no ensino, dois textos colocam em cena o papel de intelectuais brasileiros frente às intervenções práticas na educação.

No artigo “Ciências sociais e intelectualidade: ciência, educação e política”, a autora Livia Bocalon Pires de Moraes discute a relação entre as ideias de intelectuais brasileiros e sua influência para o planejamento da educação. Destaca as perspectivas de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro além da influência destes dois últimos em movimentos como a Campanha pela Defesa da Escola Pública.

Edivaldo Góis Júnior e Leonardo Mattos da Motta Silva, em “Educação do corpo e higiene escolar na imprensa do Rio de Janeiro (1930-1939)”, por meio de estudo de fontes históricas, em especial jornais do Rio de Janeiro, buscam relacionar o papel que intelectuais tiveram para a efetivação de práticas educativas associadas à higiene. Os autores pontuam a participação efetiva de intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira na organização da educação no Rio de Janeiro no período focalizado.

Dois outros artigos deste número trazem um olhar para o ensino mais voltado para questões que permanecem controversas nos dias atuais.

Em “Tensões sobre o ensino da língua portuguesa: interfaces entre gênero e análise linguística”, Telma Ferraz Leal, Ana Carolina Perrusi Brandão e Leila Nascimento da Silva analisam a prática de duas docentes de língua portuguesa ao proporem atividades envolvendo cartas de leitores. O artigo focaliza a relação entre trabalhos com gêneros discursivos e o eixo da análise linguística. A discussão se baseia em quatro principais situações didáticas encontradas e revela a baixa frequência de reflexões sobre recursos linguísticos comuns ao gênero trabalhado. As autoras relacionam isso às dificuldades das professoras em trabalhar o modelo didático de gênero em atividades que contemplem os aspectos gramaticais comuns às cartas de leitores.

Ressaltando os tabus em torno da educação em sexualidade, em “A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos(as) educandos(as)”, Luiz Fabiano Zanatta, Silvia Piedade de Moraes, Maria José Dias de Freitas e José Roberto da Silva Brêtas analisam práticas escolares em escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no estado do Paraná. Os resultados apontam para um ensino com características paradoxais, com forte vinculação ao binômio saúde-doença.

Na sequência, dois artigos colocam em discussão o papel do ensino e da educação formal para além dos temas canônicos nos guias e referenciais curriculares. De modo mais direto, incidem sobre a educação para as relações culturais e sociais e a educação para o desenvolvimento da criatividade.

Em “Multicultura e interculturalidad: implicaciones de una ausencia en la educación”, Fernando Carlos Agüero-Contreras e Cándida Rosa Urquiza-García realizam uma reflexão teórica sobre a educação em uma perspectiva sociológica e antropológica. O estudo foi realizado na residência estudantil de uma universidade cubana, e colocou em evidência dados sociodemográficos em relação com a satisfação no acesso à cultura, à saúde e às relações sociais. A residência estudantil foi considerada cenário relevante da vida educacional pela diversidade cultural ali existente. De posse dos resultados, os autores apontam o déficit teórico na gestão formativa na residência universitária, o que limitaria o alcance do projeto educativo, sobretudo o desenvolvimento de processos socializadores mais coerentes.

Em um estudo realizado no curso universitário de *design* de moda, Jonathan Gurgel de Lima e Isabel Cristina Italiano têm por objetivo investigar o papel da educação formal para o desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes. “O ensino do *design* de moda: o uso da *moulage* como ferramenta pedagógica” pauta-se nas escassas oportunidades de uso da criatividade em estratégias tradicionais e, assim, os autores analisam o papel da *moulage* para o envolvimento e desenvolvimento dos alunos em um processo criativo.

Os três artigos que encerram este número da *Educação e Pesquisa* abordam explicitamente a educação não formal, partindo de ideias gerais e chegando até ações concretas, focalizando a perspectiva do espaço de educação não formal ou a perspectiva do professor que leva os alunos a esse espaço.

No artigo “O pensamento de Dermeval Saviani e a educação em museus de ciências”, Rafael Cava Mori e Antonio Aprigio da Silva Curvelo fazem uma revisão sobre a educação em museus e centros de ciências e evidenciam o papel crescente desses espaços como locais que podem contribuir para a elevação da qualidade do ensino de ciências. As ideias de Saviani são trazidas para fundamentar a proposição de que se pode estabelecer relação entre os saberes escolares e os saberes museais.

Cristina Carvalho, em “Plano educacional para uma biblioteca infantojuvenil: projetando ações e mediações, a partir da realidade encontrada na Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti, no Rio de Janeiro, discorre sobre a importância das atividades de formação humana, cultural e artística que extravasam o âmbito da educação escolar e do ensino formal. A autora conclui que um plano educacional que defina o perfil da instituição deve considerar o espaço, o público-alvo e a garantia de formação de qualidade aos profissionais envolvidos.

Em “Atividades em um centro de ciências: motivos estabelecidos por educadores, suas concepções e articulações com a escola”, Geide Rosa Coelho, Vitor de Carvalho Breda e Thales Renan de Aguiar Brotto realizam estudo cujo objetivo foi analisar os motivos que levam professores a organizarem visitas com seus alunos a centro de ciências. Para tanto, entrevistaram quinze professores de escolas da Grande Vitória, Espírito Santo, buscando avaliar quais as suas concepções sobre os centros de ciências, suas formas de participação ao longo da visita e as possibilidades por eles identificadas para as relações entre a visita e as atividades escolares. Os autores afirmam haver necessidade de oferecer condições para que os professores possam refletir mais sobre o papel dos centros de ciências e suas possíveis articulações com as práticas pedagógicas.

Por fim, na entrevista com o Professor André D. Robert, Diretor da École Doctorale Éducation, Psychologie, Information et Communication (EPIC), da Université Lumière Lyon 2, são focalizadas as políticas educacionais francesas, com especial destaque para o sindicalismo docente e as reformas educacionais nas últimas sete décadas. Na análise desenvolvida pelo entrevistado, são articuladas as relações entre regime econômico, Estado e escola, evidenciando-se o complexo jogo social que resulta em sucesso ou fracasso das diferentes reformas levadas a cabo por sucessivos governos.

Os artigos reunidos neste número, bem como a entrevista com o Professor André D. Robert, “A escola republicana francesa frente às exigências da lógica econômica: qual democracia?”, permitem retomar algumas ideias trazidas no início deste texto de apresentação. Assim, afirma-se a necessidade de que o trabalho de educação rompa com uma noção ainda muito presente nos debates sobre o tema: de que a escola é a instituição que transformará o país, levando a um quadro de justiça social. A escola não pode e nem deve assumir esse papel. Como uma instituição social, tem papel específico a cumprir na formação das novas gerações, mas nada conseguirá mudar sem transformações mais amplas da sociedade. Buscar qualidade da educação implica articular muitas frentes, dentre elas a melhoria da formação inicial e continuada dos professores, a valorização de espaços de educação não formal, o cuidado com a produção de materiais didáticos, o investimento em

infraestrutura, o aumento da atratividade da profissão docente, a remuneração coerente com a relevância social do trabalho do professor, o desenvolvimento de estratégias de uso dos resultados das avaliações externas que representem formas de identificar fragilidades e apoiar as escolas e os professores. Não há solução única para o problema da educação brasileira e, diante da complexidade do tema, cumpre ressaltar que só se enfrenta o problema da educação com investimento maciço de recursos públicos – não se abre mão das conquistas históricas relativas ao acesso à educação pública gratuita.

Cláudia Valentina Assumpção Galian

Contato: claudiavalentina@usp.br

Lúcia Helena Sasseron

Contato: sasseron@usp.br

Referências

CORTESÃO, Luiza; STOER, Stephen R. A interface da educação intercultural e a gestão da diversidade na sala de aula. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 189-207.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas **Ensaio**; Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARANDINO, Martha. Análise sociológica da didática museal: os sujeitos pedagógicos e a dinâmica de constituição do discurso expositivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 695-712, 2015.

REGO, Teresa Cristina; BRUNO, Lucia Emilia Nuevo Barreto. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexes de um pesquisador. Entrevista com Bernard Charlot. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

SOUZA, Helena Beatriz Mascarenhas de. Professores, alunos, escola, saber – relações atravessadas pela contradição: entrevista com Bernard Charlot. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 39, p. 15-35, 2011.